



MUNICÍPIO DE VILHENA
PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO

PARECER JURÍDICO nº 0279/2026/PGM

DE: PGM

PARA: Controladoria de Licitações

1. RELATÓRIO

Consta nos autos documento de formalização da demanda, estudo técnico preliminar, mapa de riscos, histórico de consumo, pesquisa de preços, justificativa, quadro comparativo, termo de referência, reserva de dotação, despacho à auditoria, análise da auditoria, histórico de consumo, pesquisa de preços, quadro comparativo, termo de referência, reserva de dotação, justificativa, despacho, despacho, termo de referência, despacho, certidão, minuta do edital, decreto de designação de pregoeiros, despacho para parecer, termo de referência, justificativa.

Hipótese	Pregão eletrônico
Capitulação Legal	Art. 28, I da Lei n. 14.133/2021 e art. 53 da Lei n. 14.133/2021
Objeto	Contratação de empresa especializada no fornecimento de Uniformes para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Agricultura – SEMAGRI conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Instrumento e seus anexos.
Valor estimado da contratação	R\$ 28.248,88 (vinte e oito mil, duzentos e quarenta e oito reais e oitenta e oito centavos).
Participação	Participação exclusiva para ME e EPP

2. OPINIÃO JURÍDICA

2.1 PREGÃO ELETRÔNICO NA LEI 14.133/2021.

O inciso XXI do art. 37 da CRFB traz a obrigatoriedade imposta ao Poder Público de promover procedimento licitatório sempre que se pretenda contratar obras, serviços, compras e alienações, ressalvando-se os casos específicos trazidos pela legislação. A Lei nº14.133/2021 fixou que o procedimento licitatório é composto por sete fases, dentre elas, a fase preparatória, a qual é caracterizada pelo planejamento e deve compatibilizar-se com o plano de contratações anual, com as leis orçamentárias, bem como abordar todas as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que podem interferir na contratação, conforme os requisitos previstos nos incisos do art. 18 da mencionada lei. Também na fase de planejamento a Administração deverá considerar a expectativa de consumo anual e atender aos princípios da padronização e do parcelamento, quando for tecnicamente viável e economicamente vantajoso, consoante art. 40 e 47 da Lei 14.133/2021. Especificamente quanto à modalidade de licitação, nos termos do art. 29, a concorrência e o pregão seguem o rito procedimental comum a que se refere o art. 17 da Lei, sendo que utilizar-se-á o pregão “sempre que o objeto possuir padrões de desempenho e qualidade que possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado”.

A SEMAGRI no termo de referência justificou o objeto licitado como aquisição de bem comum da seguinte forma:

1.2. A aquisição será procedida através de licitação, na modalidade Pregão Eletrônico – menor preço, fundamentado no Art. 6º Inciso XLI da Lei nº 14.133/2021, para a aquisição de bens e a contratação de serviços comuns. justifica-se pela maior rapidez em sua execução e pela possibilidade de se obter preços mais vantajosos pela Administração, pela probabilidade que têm os licitantes de reduzir preços durante a disputa licitatória.

Somado a isso, justificou a necessidade da contratação da seguinte forma no Estudo técnico preliminar:

3. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE (art. 18, § 1º, inciso I, da Lei nº 14.133/2021)

3.1. A Secretaria Municipal de Agricultura necessita da aquisição de uniformes para seus servidores, com o objetivo de promover uma imagem institucional padronizada e profissional, bem como facilitar a identificação dos funcionários durante a execução de atividades in loco, em campo e em ações de fiscalização



Municipal. A aquisição de uniformes de qualidade, durabilidade e com proteção contra raios ultravioletas, visa garantir maior resistência ao uso contínuo em diferentes ambientes de trabalho, desde atividades administrativas até externas, além de proporcionar a devida proteção aos servidores que permanecem em constante exposição solar no atendimento ao homem do campo.

3.2. A aquisição será realizada sob demanda, com base em levantamento prévio efetuado em todos os setores desta SEMAGRI, visando à gestão eficiente dos recursos públicos e à prevenção de formação de estoda que desnecessários. Adicionalmente, os uniformes deverão atender às especificações técnicas estabelecidas, incluindo materiais, tamanhos, cores e a aplicação dos logotipos institucionais, em conformidade com os modelos que serão disponibilizados.

3.3. A adoção de uniformes padronizados e com elementos de proteção, contribui significativamente para a segurança dos servidores, ao possibilitar sua rápida identificação, além de promover um ambiente de trabalho mais organizado e profissional. Ademais, devem ser observados critérios ambientais na sua confecção, tais como a utilização de materiais sustentáveis e a adoção de processos produtivos que minimizem os impactos ao meio ambiente, evidenciando o compromisso da Secretaria com a sustentabilidade e a responsabilidade social.

3.4. A utilização dos chapéus justifica-se como medida de proteção individual, contribuindo para a preservação da saúde e segurança dos servidores, especialmente quanto à exposição prolongada ao sol, calor e demais intempéries, comuns nas atividades de campo.

4. JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO:

4.1. A contratação de empresas especializadas no fornecimento de uniformes e chapéus para os servidores da Secretaria Municipal de Agricultura é essencial para assegurar que todos estejam devidamente trajados e identificados. A disponibilização de uniformes de qualidade contribui para a construção de uma imagem institucional profissional, coesa e respeitável da Secretaria, tanto no âmbito interno quanto nas interações com o público externo, especialmente no meio rural. Além de fortalecer a identidade visual da Secretaria, a adoção de uniformes padronizados proporciona diversos benefícios relevantes:

1. Identificação Rápida: Facilita o reconhecimento imediato dos servidores pela população, contribuindo para a melhoria da comunicação e da qualidade do atendimento ao público.
2. Segurança: Nas atividades externas e de campo, os uniformes e os chapéus podem incorporar elementos de proteção e sinalização, reduzindo riscos inerentes ao exercício das funções.
3. Organização e Profissionalismo: Favorece um ambiente de trabalho mais organizado e reforça o senso de profissionalismo entre os servidores.
4. Durabilidade e Conforto: O fornecimento por empresas especializadas assegura o uso de materiais de alta qualidade, proporcionando maior conforto e resistência ao desgaste, especialmente em condições de trabalho variadas.



5. Sustentabilidade: A escolha de fornecedores que adotem práticas sustentáveis e utilizem materiais ecológicos evidencia o compromisso da Secretaria com a responsabilidade ambiental.

4.2. A aquisição de uniformes com proteção solar destinadas aos servidores da Secretaria Municipal de Agricultura que atuam em atividades de campo é medida essencial para assegurar a saúde, a segurança e o bem-estar desses profissionais. A exposição prolongada à radiação solar durante extensas jornadas de trabalhos, pode ocasionar diversos agravos à saúde, tais como queimaduras solares, desidratação, insolação e, a longo prazo, o aumento do risco de desenvolvimento de câncer de pele. Principais Motivos:

1. Proteção contra radiação UV: Uniformes com Fator de Proteção Ultravioleta (FPU) protegem a pele dos servidores contra os efeitos nocivos da radiação ultravioleta (UV), reduzindo a incidência de doenças e o risco de câncer de pele.

2. Conforto térmico: Tecidos tecnológicos empregados na confecção desses uniformes são desenvolvidos para favorecer a ventilação e a dissipação do calor, mantendo os servidores mais confortáveis mesmo em condições de alta temperatura, contribuindo para a prevenção de desidratação e insolação.

3. Aumento da produtividade: Servidores adequadamente protegidos e confortáveis tendem a desempenhar suas atividades com maior eficiência, reduzindo impactos negativos decorrentes do desconforto térmico e da exposição excessiva ao sol.

4. Bem - estar e moral da equipe: A adoção de medidas que priorizam a saúde e a segurança dos servidores contribui para a valorização profissional, melhora o clima organizacional e reforça o compromisso da Secretaria com o bem-estar de seus colaboradores.

5. Conformidade com normas de segurança: A utilização de uniformes apropriados atende às diretrizes de segurança e saúde no trabalho, assegurando a conformidade da Secretaria com a legislação e as normas vigentes.

Posto isso, a modalidade escolhida está correta considerando que a natureza do objeto/serviço é comum.

2.2 Justifica para o parcelamento ou não da solução.

No caso em tela, o tipo de licitação escolhido foi o menor preço por lote conforme estudo técnico preliminar:



13.1. A aquisição dos itens deverá ocorrer de **forma ordinário em lote único**, considerando a natureza homogênea do objeto, por se tratar de uniformes e chapéus. Opta-se pelo não parcelamento da solução em razão da necessidade de fornecimento integral, bem como para assegurar a padronização dos materiais.

13.2. Dessa forma, a solução não deve ser parcelada, pois o objeto é homogêneo, indivisível em termos de finalidade, e a contratação em lotes duplos mostra-se tecnicamente viável e economicamente vantajosa, pois permite ampliar a competitividade, possibilitando a participação de mais fornecedores, além de facilitar a execução contratual. Dessa forma, a solução foi estruturada em **02 (dois) lotes distintos**, conforme agrupamento por similaridade dos itens.

Entende-se justificado tal item.

2.3 Avaliação da adequação da instrução procedimental

Consoante expõe o art. 53 da Lei 14.133/2021, ao final da fase preparatória o processo licitatório “seguirá para o órgão de assessoramento jurídico da Administração, que realizará controle prévio de legalidade mediante análise jurídica da contratação”.

Conforme Marçal Justen Filho¹, trata-se de “exigência formal de natureza obrigatória, cuja infração pode acarretar a invalidade do processo licitatório e apresentar implicações muito sérias. A audiência da assessoria jurídica é compulsória e não pode ser dispensada, ressalvada hipóteses excepcionais, previstas no próprio dispositivo”. Nessa conjuntura, o presente segmento avalia o cumprimento dos requisitos da fase preparatória do processo licitatório na forma exposta pela legislação de regência, bem como, eventualmente, lista documentação não constante dos autos, mas exigidas em algum momento pelo ordenamento normativo aplicável ao caso. Destacam-se na instrução:

Abertura de processo administrativo devidamente autuado, protocolado e numerado	90889/2026.
Forma eletrônica para o processo administrativo ou, caso adotada forma em papel, apresentação de justificativa (art. 12, VI, da Lei 14133/21)	Atendido
Ato de designação dos agentes públicos responsáveis pelo desempenho das funções essenciais à contratação (Art. 7º, caput, da Lei 14133/21)	ID nº 1600972
Documento de formalização de demandas (art. 12, VII, e art. 72, I, da Lei 14133/21)	ID nº 1559484
Certificação de que objeto da contratação está contemplado no Plano de Contratações Anual	ID nº 1574563

¹ JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à Lei de Licitações e Contratações Administrativas: Lei 14.133/2021/ Marçal Justen Filho.

Estudo Técnico Preliminar, contendo, no mínimo, descrição da necessidade, a estimativa do quantitativo, a estimativa do valor, a manifestação sobre o parcelamento e a manifestação sobre a viabilidade da contratação (Art. 18, §1º, art. 72, I, da Lei 14133/21 e Art. 18, §§ 1º e 2º, da Lei 14133/21) ou manifestação justificando a ausência do documento.	ID nº 1574563
Análise de riscos (Art. 72, I da Lei nº 14133/21) ou manifestação justificando a ausência do documento.	ID nº 1574801
Manifestação justificando as exigências de práticas e/ou critérios de sustentabilidade ou sua dispensa no caso concreto (Art. 5º e art. 11, I e IV, da Lei 14133/21) ou manifestação justificando a ausência do documento.	ID nº 1574563
Projeto Básico ou Termo de Referência (Art. 72, I, da Lei 14133/21)	ID nº 1603283
Edital da licitação (Art. 18, V, da Lei 14133/21)	ID nº 1600968
Caso o objeto contemple itens com valores inferiores a R\$80.000,00, eles foram destinados às ME/EPPs e entidades equiparadas ou foi justificada a não exclusividade	ID nº 1603283
Orçamento estimado com as composições detalhadas dos preços utilizados para sua formação	ID nº 1598184
Certificação que o valor previamente estimado da contratação está compatível com os valores praticados pelo mercado.	ID nº 1598184
Havendo vedação de determinada marca ou produto, indicar a existência de processo administrativo em que esteja comprovado que não atendem às necessidades da Administração (Art. 41, III, da Lei 14133/21)	-
Certificação de que a determinação do quantitativo a ser adquirido considerou a estimativa de consumo e utilização prováveis (Art. 40, III, da Lei 14133/21)	ID nº 1603283
Previsão de recursos orçamentários, com a indicação das respectivas rubricas. (Art. 72, IV, da Lei 14133/21 e art. 60 da Lei nº 4.320/64)	ID nº 1603283

É imperiosa, portanto, a correção da instrução dos autos, com a elaboração e juntada da pendência instrutória acima destacada, de modo a dar a devida regularidade à contratação pretendida.

3. Do instrumento de contrato ou equivalente

Dispensada a minuta do contrato conforme inciso II do artigo 95 da Lei Federal nº 14.133 de 2021.

4. Da divulgação



A Administração Pública (art. 37 CRFB e, dentre outros, art. 5º da Lei nº 14.133/2021) deve dar publicidade às contratações realizadas, especialmente do edital e todos os elementos do edital, incluídos minuta de contrato, termos de referência, anteprojeto, projetos e outros anexos, deverão ser divulgados em sítio eletrônico oficial na mesma data de divulgação do edital, sem necessidade de registro ou de identificação para acesso, conforme determina o §3º do art.25 da Lei n.14/133/2021. Essa divulgação deverá ocorrer tanto no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) (arts. 54 e 174, §2º, inciso III), quanto em Diário Oficial do respectivo ente². Assim sendo, registra-se a necessidade de publicação do edital e dos seus anexos, na forma do art. 54 e art. 174, § 2º, inciso III, da Lei 14.133/2021.

5. Conclusão

Ante o exposto, **a PGM opina pela viabilidade jurídica da licitação.**

S.M.J. esse é o parecer jurídico.

Vilhena, 13 de maio de 2026.

Igor Demétrio Vanucci Cardoso

Procurador Municipal



Assinado por:
MUNICIPIO DE VILHENA
IGOR DEMÉTRIO VANUCCI CARDOSO



13/05/2026 09:57:17

<https://vilhena.oxxy.alextech.com.br/protocolo/consulta-autenticidade?identificador=3c8bd254-3e5b-4227-ab2e-bb5221f3b1ca>
DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE

²Art. 54. A publicidade do edital de licitação será realizada mediante divulgação e manutenção do inteiro teor do ato convocatório e de seus anexos no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP). § 1º Sem prejuízo do disposto no caput, é obrigatória a publicação de extrato do edital no Diário Oficial da União, do Estado, do Distrito Federal ou do Município, ou, no caso de consórcio público, do ente de maior nível entre eles, bem como em jornal diário de grande circulação. § 2º É facultada a divulgação adicional e a manutenção do inteiro teor do edital e de seus anexos em sítio eletrônico oficial do ente federativo do órgão ou entidade responsável pela licitação ou, no caso de consórcio público, do ente de maior nível entre eles, admitida, ainda, a divulgação direta a interessados devidamente cadastrados para esse fim. § 3º Após a homologação do processo licitatório, serão disponibilizados no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e, se o órgão ou entidade responsável pela licitação entender cabível, também no sítio referido no § 2º deste artigo, os documentos elaborados na fase preparatória que porventura não tenham integrado o edital e seus anexos.

